



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



HISTÓRIA, MEMÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA DOS REGIMES NÃO DEMOCRÁTICOS

Davi Elias Rangel Santos¹

Resumo: A consagração de conteúdos reproduzidos e retransmitidos nos bancos escolares insere-se num contexto de produção e circulação de bens simbólicos, onde os historiadores do presente encontram-se desafiados a romperem as barreiras que tem dificultado os debates acadêmicos e a produção dos novos conhecimentos históricos. A escola é o espaço onde as sociedades disputam as memórias sobre si. Sendo necessário trazer para o debate contemporâneo as questões sobre a ditadura militar e não tratá-la como algo presa ao passado. Neste contexto, para entendermos melhor regimes ditatoriais e, sobretudo, o regime brasileiro, é necessário compreendermos os efeitos da violência sobre as vítimas e suas consequências, com a finalidade de estabelecer uma conexão entre o passado e o presente.

Palavras-chave: Ditadura; Escola; Ensino da História.

Abstract: The contents reproduced and retransmitted in the schools are inserted in a context where the historians of the present are challenged for the production of the new historical knowledge. The school is the space where societies vie for memories

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do ES. Tema da dissertação: A memória positiva sobre a Ditadura Militar no ES: construindo o consentimento (1971-1975). Email: davidrangel28@hotmail.com

about themselves. It is necessary to bring to the contemporary debate the essential questions about the military dictatorship and not treat it as something stuck in the past. In this context, in order to better understand dictatorial regimes, and especially the Brazilian regime, it is necessary to understand the effects of violence on victims and their consequences, in order to establish a connection between the present and the past.

Keywords: Dictatorship; School; Teaching History.

INTRODUÇÃO

Os historiadores do presente encontram-se desafiados a romperem as barreiras que tem dificultado os debates acadêmicos e a produção dos novos conhecimentos históricos de chegarem até as escolas. Percebe-se que nas universidades se estuda uma coisa e na educação básica outra. Como superar esse obstáculo?

A consagração de conteúdos reproduzidos e retransmitidos nos bancos escolares insere-se num contexto de produção e circulação de bens simbólicos onde os sistemas de ensino sofrem com o “ritmo lento de evolução extremamente lento, paralelo a uma inércia estrutural muito forte, que caracteriza esta instituição de conservação cultural” (BOURDIEU, 2007, p. 126). Dentro desse sistema, compete a História o dever de romper com regras, preceitos, normas, conhecimentos que não estimulam o pensamento crítico e que não permitem a inserção dos alunos como sujeitos de um saber que deve ser pensado, discutido e reelaborado no sentido de trazer novas representações sociais no espaço escolar.

A escola é o espaço onde as sociedades disputam as memórias sobre si. É um campo estratégico de poder (BOURDIEU, 1992, p. 10) que serve a interesses dos grupos dominantes, e que para tanto estabelecem relações de força com os demais segmentos sociais visando o controle do saber e daquilo que se deve saber. Em se tratando do estudo da História sobre períodos traumáticos, tais como regimes

ditatoriais, torna-se mais delicado a inserção desses temas complexos no ambiente da sala de aula.

Questões controversas, polêmicas e que refletem feridas abertas na sociedade precisam ser tratadas pelas escolas de forma a construir um conhecimento mais real deste passado que forja o presente vivido. No caso brasileiro, a percepção de uma “memória positiva” sobre a ditadura militar reflete equívocos históricos que mais confundem e embaraçam o conjunto da sociedade do que o contrário.

Nesse aspecto, é relevante o uso da memória para entender como as sociedades se lembram do passado e como as identidades são construídas no decorrer do tempo. Conforme o historiador italiano Paolo Rossi (2010, p. 56) “a memória tem relação não só com o passado, mas também com a identidade e com o futuro”. Portanto, mais importante do que discutir crimes, atrocidades dos regimes ditatoriais como o do Brasil (1964-1985) é necessário compreender os processos, os fatos que levaram sua existência, isto é, quais os elementos dentro da sociedade que permitiram a ascensão desses governos não democráticos e como eles refletem e moldam o caráter nacional no presente.

Estabelecer esse novo tipo de abordagem em sala de aula é um desafio para o professor de História. Muitas vezes no afã do debate acaba cometendo anacronismos no sentido de dar mais ênfase aos horrores, as tragédias, as violências gerando uma falsa ideia de que existiam dicotomicamente dois lados: os bons reprimidos contra os maus repressores. É imperativo compreendermos que a sala de aula não é um espaço para simplificações e reducionismos. Ela é lugar de criação, de problematização que levem os alunos a pensarem sobre seu passado e perceberem as conexões que esse passado estabelece com o presente por meio das intrínsecas relações sociais, políticas e econômicas que se manifestam no espaço público.

Dessa forma, o dever de memória desempenha uma pressão maior de responsabilidade sobre o Estado brasileiro e a sociedade por serem portadores dessa memória que muitos preferem que seja esquecida. As “batalhas de memória”

(POLACK, 1989, p .4) mobilizam as sociedades no presente e por isso devem ser debatidas dentro das escolas. O professor de história deve refletir sobre essas questões que indicam os elementos que favoreceram o surgimento dos regimes autoritários; a presença das várias memórias presentes no presente sobre esse passado indesejado; como se manifestam os traços autoritários e conservadores nas relações sociais no atual contexto histórico, apontam para reflexões e novas abordagens que devem superar a simplista visão entre “dominantes” x “dominados”.

É necessário trazer para o debate contemporâneo as questões essenciais sobre a ditadura militar e não tratá-la como algo preso ao passado. O paradigma da escola deve ser o de quebrar preconceitos, barreiras mesmo que sejam sobre temas espinhosos e que ainda estão latentes no seio da sociedade. Assim, torna-se fundamental o uso de fontes, documentos atraentes que estimulem a reflexão, a curiosidade e o interesse dos alunos por esse passado, como por exemplo, o uso da história oral. Uma entrevista pode abrir novos caminhos sobre a história, pois ela “não é apenas um relato do passado; retrata também ações do entrevistado e do entrevistador no presente” (ACHUGAR, 2015, p. 361).

Compete ao professor fazer as escolhas, entender que a pesquisa histórica é o caminho para explicar e compreender as complexidades do passado. Os materiais escolhidos para trabalhar em sala de aula devem ser capazes de provocar discussões e de produzir conhecimentos novos que superem os cânones da história. Professores e alunos precisam de tempo e disposição para saírem do senso comum.

Esse é o papel da história: o de possibilitar o conhecimento de padrões de identidade para a sociedade. Um currículo bem planejado deve envolver a transformação da produção acadêmica em conteúdo didático para os alunos da educação básica, mesmo tendo a consciência de que a seleção do que deve e do que não deve ser ensinado nas escolas passam pelo crivo de gabinetes ministeriais ligados a interesses políticos que não conhecem as necessidades muito menos a realidade do seu povo.

Como a construção curricular é seletiva, portanto, a proposta do currículo fica a mercê de um sistema político que, dirigido por grupos dominantes, preferem o esquecimento, ou melhor, o silenciamento do “*passado negativo*”² (FALK PINGEL, 2015, p.301) como forma de evitar o diálogo e de enfrentar os dissabores do passado, fato que permitiria a construção de uma visão mais coerente deste. Percebe-se que uma das dificuldades em debater abertamente a ditadura militar no Brasil, é o fato de período histórico estar muito presente no presente, ou seja, um passado que insiste em não passar.

Na apresentação do livro “O passado que não passa” seus organizadores, os historiadores Antônio Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Maritinho, nos dizem que:

[...] Muitos anos depois do colapso autoritário, democracias consolidadas revisitam o passado, quer simbolicamente, para superar legados históricos, quer, por vezes, para punir as elites associados com os anteriores regimes autoritários. Novos fatores, como o ambiente internacional, a condicionalidade, as clivagens partidárias, os ciclos das memórias e comemorações, as políticas de perdão e outros, trazem efetivamente o passado de volta à arena política. (PINTO, MARTINHO 2013, p. 11).

Para os jovens do presente a ditadura é coisa do passado. Esse tempo cronológico não é suficiente para distanciar os acontecimentos passados do presente. Nas arenas política e social atuais, existem muitas lacunas abertas a serem preenchidas por respostas ainda não dadas ou mal formuladas, como por exemplo, os casos dos desaparecidos políticos, as constantes denúncias de torturas no sistema carcerário, a violência

² Pingel explica em seu trabalho que a ideia de “passado negativo”, refere-se a reflexão a memorização coletiva dos crimes cometidos em regimes ditatoriais os quais deixaram marcas nas sociedades pelos traumas que produziram. (PINGEL, 2015).

institucional das polícias militares, as desigualdades sociais e a pobreza entre outras questões que representam brechas escancaradas inseridas no nosso contexto.

Outro dilema que se apresenta ao historiador é o de ensinar um “passado que não passa” devido a prescrição dos crimes cometidos pelos algozes no período militar, pela presença de muitas figuras da ditadura militar atuando ainda com protagonismo no cenário político nacional, fatos que representam a continuidade do passado no presente.

A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA PARA O PROCESSO DEMOCRÁTICO

É papel da escola contribuir para a construção da democracia. E ela deve estimular novas abordagens críticas que questionem a presença desse passado no presente. Uma das dificuldades do professor é trabalhar os conflitos da memória dos períodos ditatoriais no ensino da história, pois o próprio sistema de ensino funciona como instrumento de coerção e de consenso na elaboração de uma “memória positiva” sobre a ditadura. Segundo Sandra Raggio (2015, p. 315) “é impossível ensinar a história da ditadura militar dentro da proposta curricular de um ensino que aprisiona esse período no passado”.

A escola é um espaço de transmissão do passado e de apropriação das experiências passadas que interferem no presente. O ir e vir entre o passado e o presente possibilita a criação de um presente contínuo que desafia o historiador professor e a sociedade a refletirem os signos do passado no presente gerando novas perspectivas do futuro. Para isso, cabe uma análise sobre as tramas locais da experiência ditatorial que ainda carregam uma visão equivocada sobre a ditadura militar.

A história local permite transformar sujeitos comuns em sujeitos históricos e também historicizar o presente, isto é, identificando os traços do passado no presente. A escola é um lugar de memória, assim como a imprensa e os meios de comunicação de uma maneira geral, que disputam os espaços públicos no intuito de dar sentido ao passado. Pensar o passado a partir do presente, compreender as disputas e os consensos

entre diversos grupos sociais, construir uma consciência histórica são facetas que competem ao trabalho do historiador professor por meio de um sistema de ensino dinâmico e ativo.

Abordar a ditadura militar em sala de aula permite ressignificar a elaboração do discurso histórico e contribuir para a conscientização dos jovens como sujeitos históricos no tempo. Valendo-se da perspectiva do filósofo do direito e teórico da retórica Chaim Parelman (1996, p. 56) sobre o discurso ele diz: “o discurso epidictico se assemelha ao discurso do educador que busca aumentar a adesão do público... e ambos se aproximam do pensamento filosófico, pois criam uma disposição para ação”.

Assim, o historiador professor precisa levar os alunos a questionarem o discurso produzido e oficializado sobre o passado e juntos agirem no sentido de construir novos posicionamentos enquanto sujeitos sociais. Trata-se de cidadania.

A memória do período ditatorial é uma demanda social que ecoa no presente. Os traumas desse período são atuais, mesmo diante de inúmeras tentativas de silenciá-la, esquecê-la, apagá-la por intermédio da criação de leis reparatórias que mais escamoteiam a realidade do que as revela. Uma sociedade recém-saída de uma ditadura tem dificuldade em questionar criticamente seu passado, pelo fato das lembranças estarem muito recentes o que traz difícil aceitação.

Assim sendo, um cuidado que o professor historiador tem que ter ao trabalhar regimes totalitários é com o conceito de vítima. A vitimização de uma sociedade mais reforça mitos do que elucida os fatos. Serve mais para esconder o envolvimento individual e coletivo nos regimes de exceção. Sociedade que não é responsabilizada pelos erros que cometeu no passado, possui uma memória frágil, simplificadora e, sobretudo, uma imagem deformada deste período.

Além do mito da sociedade vítima, outro cuidado que compete ao historiador professor é com outro mito muito comum no ensino desses períodos autoritários que é o mito da resistência. Nenhuma ditadura pode se impor por tantos anos somente pela coerção, e da violência. É um equívoco histórico atribuir a toda sociedade o papel de

luta, de resistência democrática de forma homogênea, pois anula as formas comportamentais tais como a colaboração, a adesão, a indiferença, o consenso com os regimes não democráticos.

Luta armada, partidos políticos de resistência, grupos culturais politizados no teatro, na música, no cinema e segmentos estudantis são portadores de memórias fabricadas no sentido de serem apresentadas como memórias de toda a sociedade. Esta, após a ditadura, valeu-se das memórias de resistência para se reconhecer nestes grupos e consagrá-los como ícones desse período. A memória dominante (vítima/resistência democrática), portanto, configura-se uma falsa memória.

Os mitos são frutos de uma representação social baseada numa realidade e não uma invenção humana. As batalhas pela memória que se fazem presentes numa sociedade heterogênea e múltipla como a brasileira revelam os conflitos entre as várias memórias em disputa no espaço público, o que leva a visão de determinado grupo a predominar se tornando precipitadamente a memória oficial de uma sociedade.

Por que a sociedade brasileira tem dificuldades em confrontar-se com o seu passado traumático? Tudo indica pelo fato de que assim como em todos os regimes de exceção, no Brasil além do uso da força, a ditadura militar possuía uma ampla base de apoio social que aceitou, aderiu e consentiu com o governo de autoritário. Destarte, o nazismo contou com um grande apoio da sociedade alemã, tanto é que não houve resistência armada, insurreição popular e a derrota de Hitler somente vieram por intermédio da Guerra.

A visão consagrada pela memória sobre os regimes não democráticos de violência, terror, uso da força policial desmedida, tortura nos “porões” entre outros equívocos, somente reforçam o mito de sociedades vitimizadas. O uso indiscriminado da força pelo regime totalitário nazista era usado contra os grupos resistentes, minorias étnicas e raciais. Entretanto, assim como no caso alemão a grande maioria das sociedades que experimentaram regimes de exceção viveu momentos de estabilidade, segurança, e até mesmo prosperidade. Robert Gellately (2010), historiador alemão, batizou o nazismo

como a “ditadura com o povo”, tamanha a adesão e o consentimento da sociedade alemã com o regime vigente.

Por isso, a imagem de uma sociedade vítima dos regimes ditatoriais é simplista e não condiz com a realidade que é mais complexa, contraditória e ampla. O historiador italiano Bruno Groppo (2015, p. 51) diz que “o conceito de vítima é “ambíguo”, pois a sociedade tem mais facilidade para lembrar-se dos crimes cometidos contra ela do que os crimes cometidos por ela”.

AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA DOS REGIMES AUTORITÁRIOS

As políticas de memória, que formam um conjunto de decisões relativas ao passado tomadas pelo poder público de reinterpretação do passado, devem ser aceitas pela sociedade no sentido que buscam dar significado a este, visando um futuro mais próspero. Seguramente, essas políticas de memória são também políticas de esquecimento, pois selecionam o que deve ser lembrado e assim o que deve ser esquecido. Paolo Rossi diz que “a memória e o esquecimento estão entrelaçados” (ROSSI, 2010, p. 75). Isso ocorre porque toda memória é seletiva. Daí a importância da historiografia em analisar criticamente essas facetas do passado e fazer com que esses conhecimentos cheguem a educação básica de forma a dar novo sentido ao período estudado.

Em regimes pós-ditaduras a construção de uma memória relativa ao passado, tende a criação de mitos na sociedade. Entre os “mocinhos” e os “vilões” existem as “*zonas cinzentas*” (LABORIE, 2010) que representam as formas, os comportamentos adotados pelos homens que possibilitam ampliar a reflexão sobre o passado de forma a trazer à tona os fatos como eles são para além da inocência da sociedade vítima.

Reconstruir a memória e a verdade histórica dos países abalados por regimes não democráticos não é uma tarefa fácil. Pelo contrário, as dificuldades são muitas pois essa reconstrução envolve traumas, fissuras que precisam ser superadas para que se possa

compreender os fatos que marcaram as sociedades durante esses passados ditatoriais. “Virar a página” envolve lembrança e também o esquecimento dos grupos sociais que experimentaram esse momento.

O historiador Marcos Napolitano indica que “a construção da memória e a reconstrução da verdade histórica desses passados traumáticos passa por três categorias básicas: verdade, justiça e reparação” (NAPOLITANO, 2015, p. 103). Apurar os fatos, aplicar as leis e reparar as vítimas e seus descendentes. Porém, ele observa que essas três categorias não se harmonizaram no caso brasileiro, pois a reparação veio primeiro e sem a aplicação da justiça.

Esta inversão aconteceu porque muitos dos criminosos que atuaram durante o Regime Militar continuam sem julgamentos, protegidos pela Lei da Anistia. O Estado brasileiro assumiu parte de suas responsabilidades ao reparar financeiramente as vítimas da ditadura, porém não pune, não julga os atos violentos cometidos pelos agentes do Estado, produzindo uma “meia verdade” de um *“passado que não passa”*.

O dilema que envolve os países que viveram processos de transição democrática é definir o papel da resistência frente as violências, as arbitrariedades praticadas pelo Estado, segundo Napolitano. Por isso ele pergunta: “como historicizar criticamente a memória no processo de transição democrática em que tanto as forças, de esquerda e a direita, estão em disputas?” (NAPOLITANO, 2015, p. 99.). Ver a resistência como um bloco único, coeso não condiz com os fatos. Analisar como a sociedade brasileira colaborou com o regime autoritário é uma questão de ordem para os historiadores.

Em 1985, os militares, as esquerdas, os liberais queriam esquecer algo em nome da democracia. A palavra democracia na década de 1980 representava conciliação, purificação, transição conservadora. Crimes cometidos contra os direitos humanos, luta em prol da ditadura do proletariado, colaboracionismo e golpismo em 1964 eram questões caras aqueles grupos sociais envolvidos na ditadura. Esses conflitos em torno da memória sobre o Regime Militar representa a grande dificuldade para os historiadores do presente em superar a memória hegemônica de cunho liberal que

predominou na transição democrática brasileira e que “silenciou o conservadorismo presente nesse processo” (NAPOLITANO, 2015, p.102).

A memória e a história são formas distintas de representação do passado. Uma busca procedimentos científicos, métodos, criticidade das fontes em busca das evidências. Já a outra tem o compromisso com a fidelidade ao passado que pretende testemunhar. Vivemos uma invasão da memória no espaço público a partir do momento em que cada grupo social tenta ter a sua própria memória, a sua representação do passado como verdadeira.

Isso gera conflitos em busca do direito e do reconhecimento social. A memória é um recurso de poder utilizado pelos grupos dominantes. Datas comemorativas, a consagração de monumentos históricos, os museus, leis reparatórias, programas escolares podem criar um ritual de celebração as vítimas do regime de forma a valorizar sobremaneira a resistência à ditadura. Elas acabam fortalecendo determinados grupos sociais e reforçando o papel de representantes de toda sociedade, fato irreal e limitador da realidade.

Assim, pesquisar experiências autoritário-repressivas no século XX, reflete dilemas e riscos que podem ser superados por uma dedicação e análise das fontes documentais, a liberação dos arquivos em mãos dos órgãos do Estado visando a publicidade dos acontecimentos e uma reconstrução do passado. Segundo o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, para “compreender o autoritarismo do Estado brasileiro é necessário pesquisar as direitas, as práticas político-repressivas do Estado, dos grupos sociais que o apoiaram e as marcas do conservadorismo no presente” (MOTTA, 2012, p. 110), tendo em vista uma onda conservadora que contribuiu para limar do poder o governo da petista Dilma Russeff e que contou com o apoio de grupos políticos e econômicos poderosos, de segmentos do judiciário e, sobretudo, um amplo apoio de vários segmentos sociais.

Eis a questão: o que a história dos períodos autoritários pode nos ensinar? Como os historiadores podem contribuir para que o produto do seu conhecimento chegue até

a educação básica? Como fazer com que esse conhecimento produza uma mudança de atitude da sociedade brasileira?

Ainda conforme MOTTA (2012, p. 111) “é ingenuidade achar que o conhecimento histórico seja capaz de barrar ou impedir novos golpes autoritários”. Talvez as perguntas não tenham respostas claras ou ainda não podem ser mensuradas; porém apontam caminhos, norteiam a estrada que deve ser percorrida pelo historiador que se dedica ao tema.

Para entendermos melhor regimes ditatoriais e, sobretudo, o regime brasileiro, é necessário compreendermos os efeitos da violência sobre as vítimas e suas consequências, mas, sobretudo as motivações dos seus algozes. Para tal finalidade, estabelecer uma conexão entre o presente e o passado é o grande desafio para o ensino de história.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ACHUGAR, Mariana. A construção de uma consciência histórica na sala de aula: explicações e conversações em torno da última ditadura no Uruguai atual. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 343-346.

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 283-300.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992, cap. 1 – Sobre o poder simbólico, p 7-16.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Cap. 3 – Mercado dos bens simbólicos, p. 99-182.

- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 157-184.
- CHAIM, Parelman. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1966. P. 15-70.
- GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditaduras em face de seu passado na Europa e na América Latina. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 39-56.
- LABORIE, Pierre. Os franceses do pensar-duplo. IN: ROLLEMBER, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.) *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v.1, p. 31-44.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. IN: NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M., ARAÚJO, V. L (Orgs). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 91-111.
- NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 96-108.
- PINGEL, Falk. Lidando com o “passado negativo”: o ensino do nacional-socialismo e do Holocausto na Alemanha. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 301-323.

- PINTO, Antônio Costa e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- POLLAK, Michel. *Memória esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.2, N 3, 1989.
- RAGGIO, Sandra. Ensinar os passados que não passam. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. P. 301-323.
- ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. IN: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Org). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 77-95.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.